

Projecto-Resolução n.º 567/XV/1ª

Recomenda ao Governo que identifique o património imobiliário habitacional do Estado que está a ser indevidamente utilizado, alvo de fraude ou a necessitar de obras de reabilitação

Exposição de motivos

O mercado da habitação em Portugal apresenta-se como um dos mais pesados problemas com impacto significativo na vida dos portugueses. O elevado preço dos imóveis, a falta de oferta de habitação acessível, a precariedade das condições de habitabilidade em grande parte do parque habitacional, bem como a escalada dos preços das rendas, realidades para as quais contribui a carga fiscal a que o Estado sujeita os agentes económicos, são alguns dos principais desafios enfrentados pelos portugueses.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no 3.º trimestre de 2022, o preço médio de alojamentos familiares transacionados em Portugal foi 1 492 €/m². Este valor representa um crescimento de 13,5% relativamente ao 3.º trimestre de 2021¹.

Para solucionar este problema alarmante, o Governo apresentou medidas no âmbito do Programa Nacional de Habitação (PNH). Recentemente, colocou em consulta pública algumas traves-mestras da sua estratégia, incluindo a proposta² de disponibilizar solos ou edifícios públicos para construção, reconversão ou reabilitação de imóveis para arrendamento acessível via contratos de desenvolvimento para habitação (CDH) a cooperativas ou promotores privados.

1

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=540873504&DESTAQUESmodo=2

² https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=287

Contudo, uma auditoria³ realizada pelo Tribunal de Contas (TdC) revelou que o Estado Português ainda não possui um inventário completo e atualizado do seu património imobiliário. A base de dados existente, nomeadamente o sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIE), apresenta falhas, erros e fragilidades estruturais que prejudicam uma gestão integrada desses ativos.

Ainda no âmbito dos imóveis do Estado, no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) viu aprovado um financiamento de €1,7 milhões de fundos europeus para o desenvolvimento e implementação de um novo Sistema de Informação de Gestão de Património Imobiliário Público (SIGPIP), para consolidar os dados existentes nos sistemas de inventariação dos imóveis do Estado. Porém, de acordo com alguns órgãos de comunicação social, a verba ainda não chegou⁴.

Além disso, conforme o Decreto-Lei n.º 82/2020, cabe ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) realizar um inventário do património imobiliário do Estado com aptidão para uso habitacional.

Tendo em conta o enorme problema habitacional que os portugueses enfrentam e as propostas do Governo nesta matéria em discussão pública, é importante destacar o papel crucial que os imóveis do Estado podem desempenhar nessa busca por soluções. Nesse sentido, a realização de inventários precisos e atualizados torna-se fulcral, essencial e imperativa para uma gestão eficiente desses ativos e para a materialização, inclusive, de políticas públicas que procurem soluções para o problema.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

³ <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2020/re16-2020-2s.pdf>

⁴ https://expresso.pt/economia/economia_imobiliario/2023-03-03-Habitacao-Nem-com-o-PRR-o-inventario-dos-imoveis-do-Estado-avanca-a9c819c6

No quadro do desenvolvimento e implementação do SIGPIP e demais mecanismos de inventariação, proceda efectivamente à identificação do património imobiliário do Estado, de uso habitacional, e que em simultâneo, identifique situações de uso indevido ou fraudulento da habitação pública, bem como a necessidade de obras de reabilitação.

Palácio de São Bento, 24 de março de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa